

## ATA NÚMERO 145/XIII (4.ª)

A 27 de setembro de 2018, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### ORDEM DO DIA

#### I PARTE

Audição do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre as reais motivações da cessação do mandato do Presidente cessante do IPDJ, Augusto Baganha.

#### II PARTE

Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, sobre o processo de excecionalidade legal e consequente fiscalização de atividades com touros de morte.

---

#### I PARTE

**Audição do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre as reais motivações da cessação do mandato do Presidente cessante do IPDJ, Augusto Baganha**

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP).

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) começou a sua intervenção sublinhando que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou o requerimento em apreço na medida em que considera que existem factos que necessitam de ser esclarecidos, o que, de resto, veio a ser confirmado na audição havida com o Dr. Augusto Baganha. Havendo uma tutela governamental sobre o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), há respostas que o Grupo Parlamentar do PCP entende que devem ser dadas pelo Governo (e não só!). Ora, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP pretende abordar não só essas questões, mas também os problemas existentes no próprio IPDJ.

Tendo o Dr. Augusto Baganha afirmado, na audição havida na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, que houve pressões do Governo sobre o IPDJ (dando como exemplo o envio de uma mensagem por telemóvel), disse que importa apurar o que é que o Governo tem a dizer sobre essa matéria.

Reportou-se também ao facto de o Dr. Augusto Baganha ter entregue à Comissão um documento com um conjunto de observações acerca da criação da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto, que não esvazia assim tanto as competências do próprio IPDJ, que são alterações mínimas do ponto de vista das competências do IPDJ e das suas transferências para aquela nova autoridade. Nesse sentido, para o Grupo Parlamentar importa conhecer o que é que o Governo tem a dizer sobre as afirmações feitas pelo Dr. Augusto Baganha.

Mencionou também que quer no despacho de exoneração do anterior Conselho Consultivo quer no despacho relativo à nomeação do novo órgão é dito que se torna necessário imprimir uma nova dinâmica no desempenho das suas competências, das suas atribuições e de dar uma nova orientação ao IPDJ. Para o Grupo Parlamentar do PCP importa saber o que é que isso tem a ver com a necessidade de um novo órgão, até porque no documento que foi distribuído aos Grupos Parlamentares pelo Dr. Augusto Baganha é afirmado que não se encontra nenhuma incompatibilidade entre aquela nova orientação com o anterior órgão do IPDJ. Por isso, importava saber que orientação é essa no concreto que o Governo quer dar ao IPDJ e se isso também passa, por exemplo, pelo reforço dos seus meios.

Afirmou que relativamente ao Conselho Consultivo importa saber quais foram os critérios que presidiram à designação das pessoas para o novo órgão.

O Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto respondeu às questões colocadas, tendo referido, mormente que é chamado àquela Comissão porque aquilo tem uma história e a história é que o Governo governa e o Estado põe à disposição do Governo a Administração Pública e, portanto, o Governo determina as políticas e há uma Administração Pública e, concretamente, no caso do desporto e da juventude, um instituto público que põe em prática, executa essas mesmas orientações políticas.

Transmitiu que na Lei-quadro dos Institutos Públicos há um artigo, há uma referência expressa à possibilidade exatamente de o Governo determinar, de nomear o Conselho Diretivo, de dissolver o Conselho Diretivo, no fundo de fazer a escolha que entende adequada para os dirigentes que devem fazer depois o trabalho da prossecução da implementação das políticas definidas pelo Governo.

Salientou que é exatamente no estrito cumprimento da lei que o Governo decidiu dissolver um Conselho Diretivo que esteve em funções até há pouco tempo no IPDJ, nomeando um novo Conselho Diretivo precisamente com base numa nova orientação estratégica que é dada àquele Instituto.

Disse que há de facto uma oportunidade que surge com a criação da Autoridade para a Prevenção e Luta contra a Violência no Desporto, porque o IPDJ vai se ver dispensado duma matéria, de tarefas, de compromissos e obrigações que tinha, nomeadamente em matéria sancionatória. Mencionou que aquela oportunidade é criada para que o IPDJ possa reforçar o que é a sua verdadeira missão: promover mais e melhor desporto, promover o empoderamento e as políticas de juventude em Portugal.

Disse que a Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude quer que haja programas cada vez mais reforçados de capacitação de dirigentes, de capacitação dos agentes, dos clubes desportivos, dos clubes desportivos de base local, uma capacitação cada vez maior também das infraestruturas desportivas.

Frisou que, pela primeira vez, Portugal viu aprovado um Plano Nacional para a Juventude, que é um instrumento político que vai garantir a transversalidade das políticas de juventude, que vai

exigir do IPDJ uma posição absolutamente crucial. O IPDJ vai ter uma posição pivotante no sentido de garantir intersetorialmente com as mais diversas áreas setoriais do Governo aquela articulação de políticas.

Concluiu, afirmando que a avaliação política que o Governo faz é que o Conselho Diretivo que precisa, as pessoas, as competências, as capacidades, os currículos, a experiência para levar a cabo aquela nova orientação estratégica, no fundo aquela missão é o Conselho Diretivo que foi recentemente nomeado.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Hugo Carvalho (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram também algumas questões, designadamente sobre:

- Se faz sentido a um ano de terminar o seu mandato enquanto Secretário de Estado que define as estratégias da Juventude e do Desporto para o país alterar a direção do IIPDJ a um ano do término do mandato daquele Conselho Diretivo, faz sentido fazer aquela alteração de alguém que tem experiência na gestão daquele organismo;
- Se os alegados sucessos financeiros da gestão do IPDJ na governação do ex-Presidente do Conselho Diretivo do IPDJ são mérito de uma pessoa, se é o mérito de uma instituição ou se também há mérito do Governo nas opções que foram tomadas relativamente a esse motivo e se esse alegado mérito é por si só justificador da continuidade de algum membro nas suas funções;
- Qual é o fundamento formal para a saída de um Conselho Diretivo e a entrada em funções de outro;
- Ao longo do tempo em que o Conselho Diretivo anterior esteve em funções quando e quais foram as discussões sobre a orientação estratégica e a política pública de juventude e desporto;
- Qual foi o critério técnico que permitiu ao Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto perceber que naquela equipa havia algumas pessoas especialmente habilitadas a aplicar uma estratégia e outras que estavam de todas inadequadas para aplicar essa estratégia;
- Se existem todas as condições para que o IPDJ cumpra as suas funções.

O Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento de cada intervenção.

Na segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Hugo Carvalho (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

O Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto respondeu em bloco às questões colocadas, tendo no final a Senhora Presidente da Comissão dada por terminada a audição.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

## II PARTE

### **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, sobre o processo de excecionalidade legal e consequente fiscalização de atividades com touros de morte**

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) fez a apresentação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE. De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS) e Luís Monteiro (BE).

No final, a Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) referiu que nenhuma das intervenções produzidas pelos Senhores Deputados conseguiu demonstrar que os factos relatados no requerimento do Grupo Parlamentar do BE não correspondem à realidade, não tendo sequer apresentado factos concretos que nesse sentido apontassem.

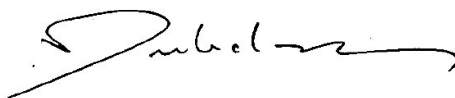
Transmitiu que para o Grupo Parlamentar do BE faz todo o sentido ouvir o Inspetor-geral das Atividades Culturais e perceber se os factos relatados são ou não do seu conhecimento.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do BE vai reformular o seu requerimento para que o mesmo possa ser apreciado numa próxima reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 19 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de setembro de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício**



**(Pedro do Ó Ramos)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 09 de outubro de 2018.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Joana Barata Lopes  
João Pinho de Almeida  
Joel Sá  
Jorge Campos  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Balseiro Lopes  
Palmira Maciel  
Pedro do Ó Ramos  
Sara Madruga da Costa  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Carlos Silva  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Manuel Rola  
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Torres